

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 28: Partidos e Sistemas Partidários

Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa

Gabriela da Silva Tarouco

gabi@uesc.br

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

Ilhéus-Bahia

Este trabalho pretende apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento a respeito da classificação dos partidos brasileiros na dimensão esquerda-direita. As diferenças de preferências políticas entre partidos, em termos ideológicos, vêm sendo utilizadas com variável independente para explicar desde coligações eleitorais até prioridades orçamentárias dos governos. Entretanto, os conteúdos das definições de esquerda e de direita, além de terem variado imensamente ao longo da história, também variam conforme a perspectiva teórica, o contexto cultural e as concepções normativas dos analistas.¹

Apesar disso, os partidos brasileiros têm sido classificados na dimensão esquerda-direita sem grandes controvérsias entre autores e analistas políticos e também sem que tenha sido travado nenhum debate mais aprofundado sobre os fundamentos desta classificação. A disposição do PT e do PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro, e PDS/PPR/PPB/PP, PTB e PFL/DEM na direita, que costuma ser admitida em estudos de diversas áreas, pode ser verificada nas classificações adotadas por vários autores que se dedicaram ao estudo dos partidos brasileiros, como pode ser verificado na tabela 1:

¹ Agradeço os comentários e contribuições dos participantes do Seminário Democracia em Debate, realizado em setembro/2008 na UFRGS, à primeira versão deste texto.

Tabela 1: Classificações dos partidos políticos brasileiros

Partido	Coppedge ² (1997)	Fernandes (1995)	Mainwaring et al. (2000)	Rodrigues (2002)
PCB/PPS	SL	E	não consta	E
PCdoB	SL	E	não consta	E
PDC/PSDC	SCR	não consta	CD	não consta
PDS...PP	SR	D	D	D
PDT	SCL	E	não consta	E
PFL	SR	D	D	D
PJ/PRN/PTC	P	não consta	D	não consta
PL	SR	D	D	D
PMDB	SC	C	não consta	C
PMN	U	E	CD	E
PRONA	SR	D	D	D
PRP	U	D	não consta	não consta
PSB	SL	E	não consta	E
PSC	XC	D	CD	D
PSD	SR	D	D	D
PSDB	SCL	C	não consta	C
PSL	não consta	não consta	CD	não consta
PSOL	não consta	não consta	não consta	não consta
PST	SCR	não consta	CD	D
PT	SL	E	não consta	E
PTB	SCR	D	CD	C
PTdoB	U	não consta	não consta	não consta
PTR/PP	SCR	C	CD	não consta
PV	O	E	não consta	E

A identificação das identidades e perfis partidários pela sua posição unidimensional (na dimensão esquerda-direita) está vinculada a uma determinada concepção teórica acerca da competição partidária, qual seja, a teoria econômica da democracia (Downs, 1999), segundo a qual os partidos se movem ao longo do espectro ideológico formulando propostas de políticas para obter votos em busca dos quais se permitem mudar de posição.

² XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido.

De acordo com a teoria downsiana, os partidos se posicionam em relação ao peso desejável da intervenção estatal na economia, entre a extremidade esquerda (controle governamental pleno) e a extremidade direita (mercado completamente livre). A posição assumida por cada partido pode variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores. (Downs, 1999)

Mensuradas através da localização na dimensão esquerda-direita, as preferências políticas dos partidos poderiam explicar desde gastos sociais dos governos (Castles, 1982; Hicks e Swank, 1992; Allan e Scruggs, 2004) até resultados macroeconômicos (Hibbs Jr., 1977; 1992; Alesina, Roubini et al., 1997). O argumento é de que gastos sociais, que por sua vez afetam os resultados macroeconômicos, são medidas redistributivas e portanto são políticas preferidas por governos ocupados por partidos de esquerda, enquanto políticas de ajuste seriam preferidas por governos ocupados por partidos de centro e de direita.

O pressuposto é de que tais preferências decorrem dos vínculos dos partidos com classes sociais: partidos de esquerda representam classes trabalhadoras e partidos de direita são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados.

A literatura apresenta diferentes métodos de aferição da posição de um partido no eixo esquerda-direita: a partir das posturas assumidas na atuação parlamentar, através da imagem que a opinião pública constrói a seu respeito, pela avaliação de especialistas (acadêmicos ou da imprensa), ou a partir das declarações dos próprios partidos.³

Uma das opções é identificar a posição dos partidos conforme a imagem que a opinião pública faz deles. Este recurso já foi usado por Lima Jr. (1993)

³ Uma discussão exaustiva de todas estas opções metodológicas e suas conseqüências substantivas pode ser encontrada em Benoit e Laver (2006).

para classificar os partidos no eixo esquerda-direita e por Singer (2002) para discutir o papel das noções de esquerda e direita nas decisões do eleitorado.

Há sem dúvida um problema em tomar a classificação dos eleitores como indicador da real posição do partido. Segundo Budge (2000; Budge, Volkens et al., 2001), as percepções eleitorais a respeito dos partidos políticos deveriam ser tomadas como variável dependente que pode ou não coincidir com a tentativa do partido de definir sua própria posição.

O julgamento de especialistas, por sua vez, tem sido empregado na ciência política para definir as posições dos partidos no eixo esquerda-direita desde que esta dimensão passou a ser considerada crucial nas análises comparadas. A localização dos partidos no eixo esquerda-direita tornou-se fundamental tanto para análises que procuravam pelos determinantes políticos dos resultados em políticas públicas (Castles e Mckinlay, 1979) quanto para a elaboração de tipologias de sistemas partidários (Sartori, 1982), sem falar na sua utilidade no estudo da competição eleitoral e das coalizões de governo.

Apesar das facilidades que o recurso a tais julgamentos de especialistas proporciona para a pesquisa comparada, a validade das medidas produzidas desta forma é apenas aparente. Segundo Budge (2000), o problema estaria na indefinição de qual aspecto dos partidos é avaliado pelos especialistas. Por mais que os critérios sejam claramente definidos no questionário, não seria possível determinar o que é levado em conta pelos especialistas no momento da avaliação. Se os julgamentos se basearem, em qualquer medida, em comportamentos dos partidos, estes mesmos julgamentos já não podem mais ser usados para explicar sua atuação em governos, por exemplo, que também é comportamento.

Mair (2001) compara alguns dos mais conhecidos surveys que já foram feitos com especialistas em vários países (Castles e Mair, 1984; Huber e Inglehart, 1995) e mostra como as classificações resultantes não coincidem, sugerindo problemas de validade e confiabilidade nestas medidas.

Estas mesmas críticas se aplicam igualmente às avaliações que a imprensa faz da posição dos partidos, e que já foi um recurso adotado para classificar os partidos brasileiros (Lamounier, 1989) e às classificações elaboradas a partir de fontes secundárias, através da compilação de avaliações feitas anteriormente por outros analistas, como fez Michael Coppedge (1997) em relação aos partidos na América Latina.⁴

Apesar de todas as críticas levantadas acima, o recurso ao julgamento por especialistas para mensurar posições políticas dos partidos continua sendo visto por alguns autores como a forma mais adequada de estimar tais posições (Wiesehomeier and and Benoit,2007). Benoit e Laver (2006) argumentam, a partir de críticas aos outros métodos de estimação, que posições políticas são conceitos abstratos que não podem ser observados diretamente. Portanto, qualquer método utilizado para estimá-las pode apenas apreender algumas de suas manifestações empíricas. Sendo assim, os autores sustentam que, entre as várias medidas alternativas, uma delas deve ser eleita como parâmetro em relação à qual a validade das demais deve ser testada. A avaliação de especialistas seria este padrão porque eles afinal são a referência do conhecimento científico acumulado na área. Os autores realizaram um extenso survey com especialistas entre 2002 e 2003, abrangendo 47 países, e classificaram 387 partidos em 37 diferentes dimensões políticas.

Outra possibilidade é classificar os partidos através de pesquisas de opinião com as elites partidárias. Através da aplicação de questionários aos parlamentares e da tabulação dos resultados, é possível determinar as posições políticas individuais e daí inferir a posição dos partidos. Este procedimento foi utilizado por Power (1998) para mapear o apoio no Congresso brasileiro às propostas de reforma do primeiro governo F. H. Cardoso, por Kinzo e Braga (2003) para avaliar os posicionamentos dos deputados estaduais em todo o país, entre 2001 e 2002, na escala esquerda-direita, e por Power e Zucco

⁴ Coppedge também submeteu a sua classificação ao crivo de especialistas nos países latino-americanos.

(2008)⁵, para confrontar os resultados com estimativas obtidas em outras pesquisas (Kinzo, 1989 e Salamanca, 2005).

A atuação parlamentar também pode indicar a posição de um partido. As posturas assumidas pelos membros de um dado partido na sua atuação parlamentar podem ser estimadas pela forma como votam ou pelo conteúdo das propostas legislativas que apresentam.

Uma das maneiras de fazer isso é através do conteúdo das propostas legislativas. Amorim Neto e Santos (2002) classificam os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções propostas pelos parlamentares brasileiros entre 1985 a 1999 conforme a abrangência e o assunto para testar a hipótese do paroquialismo.

Vários trabalhos já procederam à classificação dos partidos brasileiros pelas votações nominais dos seus parlamentares. Uma opção é a comparação das votações com alguma classificação preliminar e inequívoca. No trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) os autores observam que o alinhamento ideológico emerge do resultado das votações, pois os líderes dos partidos encaminham votos semelhantes aos dos partidos adjacentes no contínuo ideológico definido a priori.

O método NOMINATE⁶ também usa informação prévia para determinar as preferências individuais dos parlamentares a partir dos seus votos nominais, e já foi aplicado em alguns estudos sobre os parlamentares brasileiros. (Leoni, 2002; Roma, Muranaka et al., 2003; Roma, 2004). Outra maneira é construir escalas a partir da classificação do conteúdo da matéria a ser votada, como o fez Kinzo (1990) com relação às votações na Assembléia Constituinte.

O problema de adotar as votações dos parlamentares como indicadores de posicionamento ideológico é discutido em Zucco (2008). O autor demonstra

⁵ Trabalho ainda não publicado.

⁶ Trata-se de um procedimento computacional criado por Keith Poole e Howard Rosenthal para estimar pontos ideais multidimensionais e mensurar preferências individuais no Congresso americano. Citado e descrito em Roma (2004), Roma, Murnaka e Rodrigues (2003) e Leoni (2002).

que em configurações presidenciais multipartidárias, o comportamento parlamentar é resultante, além da ideologia, do cálculo eleitoral e das relações entre o governo e os partidos no legislativo.

No presente trabalho, as posições políticas dos partidos serão procuradas no conteúdo dos seus manifestos, ou seja, naqueles documentos programáticos que os partidos registram e publicam como sendo suas declarações de posicionamento político.⁷ Esta é a proposta de abordagens baseadas na Saliency Theory, originalmente desenvolvida por David Robertson (1976), segundo a qual os partidos competem enfatizando (ou seja, manipulando a proeminência de) diferentes questões mais do que pela tomada de diferentes posições sobre as mesmas questões.

Segundo esta perspectiva, o que se colocaria para o eleitorado seria uma escolha entre agendas políticas selecionadas, não entre políticas alternativas específicas dirigidas aos itens de uma agenda universal. Através da agregação de demandas em pacotes de políticas os partidos ofereceriam aos eleitores uma escolha e lhes delegariam a tarefa de decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante, mais do que decidir o que especificamente fazer sobre qualquer dos conteúdos.

De acordo com este ponto de vista, os partidos, durante a campanha eleitoral, mais do que se contrapor às declarações dos seus adversários sobre as políticas defendidas, concentram atenção em outros temas nos quais consideram ter vantagens sobre seus competidores. O eleitorado teria diante de si não uma escolha entre respostas diferentes para os mesmos problemas, mas uma escolha entre questões diferentes a serem priorizadas pelo futuro governo, preocupações proeminentes em cada plataforma.

O pressuposto é de que as expectativas sobre quais políticas adotar em cada questão costumam ser comuns (todos os eleitores preferem baixar taxas, aumentar o bem-estar, etc.); haveria uma opinião majoritária sobre cada

⁷ Aqui, trata-se dos manifestos de fundação e suas reformulações, mas não dos textos de campanhas eleitorais.

questão, e nenhuma necessidade de contrariá-la frontalmente. O que pode variar e termina por distinguir um partido do outro é o grau em que cada questão é mencionada. Cada partido escolheria enfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade.

Baseado na saliency theory, foi criado o programa MRG – Manifesto Research Group, do ECPR (European Consortium for Political Research), lançado em 1979, que resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo CMP – Comparative Manifestoes Project, em Berlim, além de uma série de outros projetos subseqüentes e trabalhos de vários autores.

Esta abordagem operacionaliza as ênfases programáticas dos partidos através da análise de conteúdo dos seus manifestos. A proeminência atribuída a cada categoria, que corresponde a cada questão política, é medida através da proporção de espaço textual dedicada a ela nos manifestos. As questões enfatizadas nestes textos poderiam explicar desde as preferências dos eleitores até as prioridades orçamentárias dos governos. (Budge e Farlie, 1983)

A identificação a partir das ênfases programáticas deve ser instrumental para a localização dos partidos no espaço de competição político de maneira mais eficiente que outros indicadores já propostos. O conteúdo da plataforma claramente constitui o corpo de preferências ou intenções do partido, enquanto percepções e julgamentos (de especialistas ou dos eleitores) são baseados em comportamentos. Isto equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele.

Os programas de alguns dos principais partidos brasileiros (PT, PDT, PMDB, PSDB, PDS/PPR/PPB/PP, PTB e PFL/DEM) foram submetidos à análise de conteúdo com base nas categorias do MRG (Budge, Volkens et al., 2001). Os textos foram segmentados em frases, e cada uma delas foi classificada em uma das 56 categorias descritas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Categorias de classificação das unidades de texto (frases) dos manifestos, adaptada de Budge et al. (2001).

1	Relações exteriores
101	EUA positivo
102	EUA negativo
103	Anti-Imperialismo
104	Forças Armadas:positivo
105	Forças Armadas:negativo
106	Paz
107	Internacionalismo: positivo
109	Internacionalismo: negativo
2	Liberdade e Democracia
201	Liberdades e Direitos Humanos
202	Democracia
203	Constitucionalismo: positivo
204	Constitucionalismo: negativo
3	Sistema Político
301	Descentralização
302	Centralização
303	Eficiência Governamental e Administrativa
304	Corrupção
305	Autoridade Política
306	Instituições do sistema político
4	Economia
401	Livre Iniciativa
402	Incentivos
403	Regulação do Mercado

404	Planejamento Econômico
405	Corporativismo
406	Protecionismo: positivo
407	Protecionismo: negativo
408	Metas Econômicas
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda
410	Produtividade
411	Tecnologia e Infraestrutura
412	Economia controlada
413	Nacionalização
414	Ortodoxia econômica
415	Análise marxista
416	Controle do crescimento
5	Bem-estar e Qualidade de vida
501	Proteção ambiental
502	Cultura
503	Justiça social
504	Expansão do Welfare State
505	Limitação do Welfare State
506	Expansão da Educação
507	Limitação da Educação
6	Estrutura da sociedade
601	estilo nacional de vida e comportamento: positivo
602	estilo nacional de vida e comportamento: negativo
603	Moralidade tradicional: positivo
604	Moralidade tradicional: negativo
605	Lei e Ordem

606	Harmonia Social
607	Multiculturalismo: positivo
608	Multiculturalismo: negativo
7	Grupos sociais
701	Classes trabalhadoras: positivo
702	Classes trabalhadoras: negativo
703	Agricultura, agricultores
704	Classe média e grupos profissionais
705	Minorias desprivilegiadas
706	Grupos demográficos não-econômicos
000	Nenhuma das Categorias Acima

Além de propor a identificação das preferências dos partidos através das ênfases temáticas, o Manifestos Research Group (Klingemann, Volkens et al., 2006; Budge et al, 2001; Volkens,2001), propôs também uma escala de classificação ideológica dos manifestos elaborada a partir de categorias consideradas indicativas das posições de esquerda e direita. Esta escala é feita agrupando categorias em dois grupos - esquerda e direita – e subtraindo a proporção de texto dos documentos dedicada a categorias de esquerda do total da proporção de texto dedicada a categorias de direita. A classificação conforme esta escala tem sido usada por pesquisadores do MRG para atestar a validade do esquema de categorias através da comparação com diferentes processos de mensuração. (Klingemann, Volkens et al., 2006). O quadro 2 a seguir lista as categorias selecionadas para compor a escala:

Quadro 2: Composição da escala esquerda-direita segundo Klingemann et. al.(2006).

Direita			Esquerda	
104	Forças Armadas:positivo		103	Anti-Imperialismo
201	Liberdades e Direitos Humanos		105	Forças Armadas:negativo
203	Constitucionalismo: positivo		106	Paz
305	Autoridade Política		107	Internacionalismo: positivo
401	Livre Iniciativa		202	Democracia
402	Incentivos		403	Regulação do Mercado
407	Protecionismo: negativo	menos	404	Planejamento Econômico
414	Ortodoxia econômica		406	Protecionismo: positivo
505	Limitação do Welfare State		412	Economia controlada
601	estilo nac. vida e comport.: posit.		413	Nacionalização
603	Moralidade tradicional: positivo		504	Expansão do Welfare State
605	Lei e Ordem		506	Expansão da Educação
606	Harmonia Social		701	Classes trabalhadoras: positivo

Assim, valores negativos representam posições de esquerda e valores positivos representam posições de direita. Um caso hipotético em que um manifesto inteiro fosse dedicado a categorias de esquerda teria o valor de -100; por outro lado, um documento cujo texto contivesse apenas categorias de direita teria o valor de 100 na escala.

Segundo a análise de conteúdo dos programas dos partidos brasileiros (Tarouco, 2007), a distribuição dos textos nas categorias que compõem a escala é a seguinte:

Tabela 2: Porcentagem de texto dedicado a categorias que compõem a escala de Esquerda

Categorias	Categorias que compõem a escala de Esquerda												Total
	103	106	107	202	403	404	406	412	413	504	506	701	
Manifestos													
PDS1979	0,9	0,4	2,2	2,0	3,4	0,0	0,5	0,0	0,0	6,4	8,8	5,4	29,9
PPB1995	0,6	0,2	2,5	1,1	1,9	0,0	0,2	0,0	0,0	9,6	10,7	4,6	31,4
PP2003	0,6	0,2	2,5	1,2	1,9	0,0	0,2	0,0	0,0	9,6	10,8	4,6	31,6
PDT1979	2,8	1,0	3,6	12,2	0,7	1,6	0,0	5,9	0,5	6,1	2,4	10,9	47,7
PDT1994	0,5	0,0	1,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,3	0,0	10,6	4,7	3,5	21,2
PT1980	1,6	0,2	1,6	19,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	4,8	1,4	6,1	35,5
PT1990	1,1	0,1	1,4	14,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	2,5	0,7	3,4	23,6
PTB1979	2,9	1,0	3,3	11,5	0,7	1,6	0,0	5,7	0,5	5,9	2,5	11,0	46,6
PTB2001	0,6	1,5	2,1	1,8	1,8	0,6	0,0	1,8	0,0	4,8	6,3	13,0	34,3
PMDB1981	0,0	0,0	0,6	7,4	2,4	1,5	0,8	0,0	0,8	10,7	4,3	3,3	31,8
PMDB1994	0,2	0,1	6,2	4,2	0,4	0,9	0,2	0,0	0,0	2,2	3,7	0,9	19,0
PFL1995	0,0	0,0	3,1	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	4,3	2,7	13,4
PFL2005	0,0	0,2	5,0	9,5	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,5	0,0	18,1
PFL8456	0,5	0,4	1,2	6,3	0,9	0,4	0,4	0,0	0,1	8,2	3,7	3,1	25,1
PSDB1988	0,0	0,3	3,1	8,2	0,5	0,0	0,5	0,0	0,0	4,1	2,6	3,0	22,3
PSDB2001	0,3	0,1	5,2	4,2	1,0	0,2	0,0	0,0	0,0	3,2	4,5	0,1	18,9

Tabela 3: Porcentagem de texto dedicado a categorias que compõem a escala de Direita

Categorias	Categorias que compõem a escala de Direita													Total
	104	201	203	305	401	402	407	414	505	601	603	605	606	
Manifestos														
PDS1979	2,2	3,4	0,0	0,0	2,2	3,4	0,0	0,0	0,0	1,5	0,2	1,6	0,2	14,8
PPB1995	1,1	2,5	0,0	0,0	2,5	3,1	0,0	3,3	0,0	1,9	0,6	2,3	0,0	17,2
PP2003	1,2	2,5	0,0	0,0	2,5	3,1	0,0	3,3	0,0	1,9	0,6	2,3	0,0	17,3
PDT1979	0,7	2,6	0,7	0,0	0,4	0,7	0,0	0,2	0,0	4,1	0,0	0,9	0,0	10,4
PDT1994	1,6	2,1	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,3	0,0	1,4	0,0	4,9	0,0	10,8
PT1980	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
PT1990	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	1,6
PTB1979	0,7	2,6	0,6	0,0	0,4	0,7	0,0	0,2	0,0	3,7	0,0	0,9	0,0	9,8
PTB2001	0,6	0,9	0,3	0,0	1,2	0,0	1,2	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,9	6,6
PMDB1981	0,0	2,3	0,4	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,8	0,2	6,9
PMDB1994	1,2	0,4	0,0	0,0	0,6	0,3	0,0	1,0	0,0	3,0	0,0	3,9	0,0	10,5
PFL1995	0,1	1,3	0,8	0,0	7,4	1,3	0,8	3,6	1,7	0,6	0,4	2,1	0,0	19,9
PFL2005	0,0	1,7	0,0	0,7	2,4	3,6	1,7	2,9	0,0	0,0	0,0	0,5	1,2	14,5
PFL8456	0,7	6,3	1,0	0,4	3,4	1,4	0,0	1,0	0,0	1,1	0,0	3,1	1,4	19,7
PSDB1988	0,0	0,5	1,6	1,1	1,1	0,0	1,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	8,7
PSDB2001	0,0	0,0	0,7	0,0	0,1	2,0	0,9	7,3	1,7	0,0	0,0	5,4	0,3	18,5

Tabela 4: Cálculo da posição na escala esquerda-direita

Manifesto	% Total do texto dedicado a categorias de Direita	% Total do texto dedicado a categorias de Esquerda	Posição na escala (% de Direita - % de Esquerda)
PDS1979	14,8	29,9	-15,1
PPB1995	17,2	31,4	-14,1
PP2003	17,3	31,6	-14,3
PDT1979	10,4	47,7	-37,3
PDT1994	10,8	21,2	-10,3
PT1980	1,1	35,5	-34,4
PT1990	1,6	23,6	-22,0
PTB1979	9,8	46,6	-36,8
PTB2001	6,6	34,3	-27,7
PMDB1981	6,9	31,8	-25,0
PMDB1994	10,5	19,0	-8,5
PFL1995	19,9	13,4	6,5
PFL2005	14,5	18,1	-3,6
PFLpré88	19,7	25,1	-5,4
PSDB1988	8,7	22,3	-13,6
PSDB2001	18,5	18,9	-0,4

Ordenando os manifestos pelos resultados na escala, temos que quase todos os documentos programáticos dos partidos analisados situam-nos no campo ideológico da esquerda:

		↑ Esquerda
PDT 1979	-37,3	
PTB 1979	-36,8	
PT 1980	-34,4	
PTB 2001	-27,7	
PMDB 1981	-25,0	
PT 1990	-22,0	
PDS 1979	-15,1	
PP 2003	-14,3	
PPB 1995	-14,1	
PSDB 1988	-13,6	
PDT 1994	-10,3	
PMDB 1994	-8,5	
PFL pré-88	-5,4	
PFL 2005	-3,6	
PSDB 2001	-0,4	
PFL1995	6,5	↓ Direita

Estes resultados divergem bastante das posições usualmente atribuídas aos partidos brasileiros e mencionada anteriormente. A divergência certamente se deve à inadequação, às especificidades brasileiras, de algumas das categorias escolhidas para compor a escala.

A escala definida pelo Manifestos Research Group (Klingemann, Volkens et al., 2006; Budge et al., 2001; Volkens, 2001), por exemplo, inclui, entre os elementos constitutivos da posição política de esquerda, a defesa do internacionalismo e a busca da paz entre países, e, entre elementos constitutivos da posição política de direita, entre outras coisas, a defesa do constitucionalismo e de liberdades e direitos humanos. Tais critérios fazem pouco sentido na política de países ex-colônias, que não passaram pelos mesmos processos históricos revolucionários que moldaram as visões da política nos países europeus. Ao mesmo tempo, as referências à democracia são muito extensas e numerosas nos manifestos de todos os partidos brasileiros (inclusive aqueles geralmente classificados como de direita) devido ao contexto da transição de regime em que a maioria dos atuais partidos foi criada.

Questionando as categorias que compõem aquela escala e sua adequação aos partidos brasileiros, pretende-se chegar a uma combinação alternativa de categorias e a uma escala específica, com sustentação conceitual e histórica, que possa ser confrontada com as posições habitualmente atribuídas aos partidos políticos brasileiros. A seleção de categorias para a elaboração da escala alternativa deve levar em conta tanto os debates teóricos contemporâneos quanto elementos históricos presentes na formação dos partidos brasileiros. Estas são as próximas tarefas a serem desenvolvidas no decorrer da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

Alesina, A., N. Roubini, et al. (1997) Political cycles and the macroeconomy. Cambridge, Mass.: MIT Press. xii, 302 p. p.

Allan, J. P. e Scruggs, L. (2004) Political partisanship and Welfare State Reform in advanced industrial societies. AJPR, v.48, n.3, p.496-512.

Bobbio, Norberto. (1995) Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo, Ed. UNESP.

Budge, Ian, Volkens, A. et. al. (eds.). (2001) Mapping Policy Preferences: estimates for parties, electors and governments, 1945-1998. New York, Oxford University Press.

Castles, F. G. (1982) The Impact of parties : politics and policies in democratic capitalist states. London ; Beverly Hills, Calif.: Sage Publications.

Coppedge, M. (1997) A classification of Latin American political parties. Notre Dame, Ind.: The Helen Kellogg Institute for International Studies, Working Paper n. 244: 50 p.

Downs, A. (1999) Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp.

Fernandes, L. (1995) Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. Dados, v.38, n.1, p.107-144.

Giddens, Anthony. (1996) Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical. São Paulo, Ed. UNESP.

Hibbs Jr., D. A. (1977) Political Parties and Macroeconomic Policy. APSR, v.71, p.146-1487.

_____. Partisan theory after fifteen years. European Journal of Political Economy, v.8, p.361-373. 1992.

Hicks, A. M. e Swank, D. H. (1992) Politics, Institutions and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960-82. *APSR*, v.86, n.3, p.658-674.

Kinzo, M. D. G. e Braga, M. S. S. (2003) Sistema eleitoral, Competição partidária e Representação Parlamentar nos Legislativos estaduais. Seminário Internacional: Legislativos Estaduais em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte (MG).

Mainwaring, S., Meneguello, R. et al. (2000) Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra.

Meneguello, R. (1988) Partidos e governos no Brasil contemporâneo: 1985-1997. São Paulo: Paz e Terra.

Michels, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UnB.

Power, T. J. (1998) Brazilian Politicians and Neoliberalism: Mapping Support for the Cardoso Reforms, 1995-1997. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v.40, n.4, p.51-72.

Power, T. and Zucco Jr, C.; (2008). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005. *Latin American Research Review* (artigo ainda não publicado).

Rodrigues, L. M. (2002) Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp.

Sartori, G. (1982) *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

Singer, A. (2002). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, SP, Brasil: EDUSP: FAPESP.

Tarouco, Gabriela (2007). *Os Partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda*. Dissertação de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ.

Volkens, A. (2001). Manifesto research since 1979: from reliability to validity. In: Laver, M. (Ed.). *Estimating the Policy Position of Political Actors*. London; New York: Routledge/ECPR.

Wiesehomeier, Nina and Benoit, Keneth. (2007). *Presidents and Parties in Policy Space: Expert Surveys of Policy Positions in 18 Latin American Countries*. Paper in V Congreso Europeo CEISAL de latinoamericanistas. Brussels.

Zucco Jr., Cesar (2008). *Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings*. (Journal of Politics, artigo ainda não publicado)